

APERTO MONETÁRIO

Daniela Mendes
Correspondente

Nova York — O governo e o fundo Monetário Internacional (FMI) começam a discutir hoje a nova política econômica do país. É possível que sejam estabelecidas metas de inflação, que balizariam a política monetária, como acontece nos Estados Unidos. Quando há pressão inflacionária, o Fed (Banco Central dos EUA) puxa para cima a taxa de juros. Esse sistema também daria mais tranquilidade ao câmbio, pois os investidores saberiam até que patamar valeria a pena apostar na subida do dólar, reduzindo assim o grau de especulação.

Na sexta-feira, o presidente do Banco Central, Francisco Lopes, disse que o governo poderá estabelecer uma meta de inflação, mas essa meta seria explicitada ou não. A preocupação dos economistas do governo é que uma meta clara, mesmo baixa, poderia trazer de volta a indexação. Segundo Lopes, o governo pode fixar um percentual de inflação a ser perseguido com mexidas das taxas de juros, ou determinar metas para o volume de dinheiro que circula na economia.

O FMI e os Estados Unidos querem, basicamente, quatro compromissos do Brasil. Primeiro, de que a equipe econômica continuará se empenhando para ajustar as contas públicas. Ou seja, além de aprovar o pacote fiscal, o governo não poderá aumentar despesas, ceder às pressões dos estados e talvez tenha de adotar medidas adicionais para gerar receita. Eles encaram com receio propostas de renúncia de impostos como a redução do IPI, feita pelos sindicalistas ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

APERTO

É provável que as metas de superávit primário (receitas menos o

André Corrêa



pagamento de juros), crescentes nos próximos três anos (2,6%, 2,8% e 3%, respectivamente), sejam modificadas e o aperto fiscal deva ser maior ainda para que o governo consiga obter mais recursos. Por enquanto, os técnicos estão fazendo simulações com diferentes cenários de cotação do dólar e equa-

cionando o impacto da desvalorização do real com a dívida pública, despesas do governo, PIB e taxa de inflação.

É certo que a liberação do câmbio trará inflação. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, admite que o índice ficará entre 6% e 8% este ano. Os produtos importados representam

apenas 8% do PIB, mas o Brasil é um país com uma história de indexação única no mundo. Por isso, se houver uma corrida de remarcações de preços, é difícil prever em que nível de inflação 1999 terminará.

Qualquer passo que o governo pretenda dar depende de aval do FMI, fiador-mor do empréstimo de US\$

41,5 bilhões concedido ao Brasil, em novembro passado, pelos países ricos e instituições internacionais. Dos US\$ 36 bilhões que o governo dispõe hoje no caixa, US\$ 9 bilhões vieram do pacote financeiro. Pelo acordo firmado, o governo poderá aumentar em mais US\$ 9 bilhões suas reservas em fevereiro — isso se seguir as polí-

ticas consideradas pelo Fundo.

É com esse cacife que o FMI determinou o aumento da taxa de juros brasileira e discutirá com o governo as políticas cambial, fiscal e monetária, além da inflação. O Fundo Monetário é partidário da receita ortodoxa: corte de gastos e juros altos para segurar a inflação. É contra o fechamento da economia para o capital estrangeiro e acha que o regime de flutuação total do câmbio pouco adequado para o Brasil.

Com a liberação do câmbio, o quadro econômico do país mudou inteiramente e as metas acertadas anteriormente entre o governo e o FMI não servem mais. Não se sabe ainda em que patamar a moeda norte-americana vai se acomodar, mas é certo que o Brasil terá de adotar uma política fiscal ainda mais rigorosa para cumprir o acordo.

CALOTE

Há ainda a preocupação com um possível calote da dívida interna e com o fechamento da economia para o capital estrangeiro, com a centralização do câmbio. O governo tem reiterado que não imporá controles de capitais e desmente boatos de que irá reestruturar seu débito doméstico. Os investidores estrangeiros amargaram enormes prejuízos porque a Rússia não honrou seus compromissos. O caso do Brasil é diferente porque a dívida interna é financiada, basicamente, por investidores brasileiros.

Desde que liberou o câmbio, há duas semanas, o país vive aos solavancos, com uma onda quase diária de boatos de toda a natureza, como confisco da caderneta de poupança, moratória e centralização do câmbio. No exterior, tem-se a impressão de que o Brasil está à deriva. "As escolhas possíveis não são fáceis, mas o presidente tem de fazer alguma. O país está sem credibilidade", resume Michael Adler, professor de economia da Universidade de Colúmbia.